

Aumento de casos de aborto inseguro preocupa a Saúde

Notícias; Compromisso com o Fator; 19.12.2020; Ed 31.173; Pág. 2

A SUBIDA do número de casos de aborto feitos fora das unidades sanitárias e por pessoas não qualificadas está a preocupar as autoridades sanitárias do país, tendo em conta o impacto que este acto pode trazer na vida das mulheres e na economia do país.

Benigna Matsinhe, directora nacional adjunta de Saúde Pública no Ministério da Saúde (MISAU), disse esta semana, em Maputo, que, apesar de Moçambique ter legalizado a prática do aborto seguro em 2014, as mulheres que, por alguma razão, tiverem de interromper a gravidez, continuam a optar por métodos clandestinos por falta de acesso a estes serviços.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de 22 milhões de abortos inseguros ocorrem por ano no mundo, estimando-se que 47 mil mulheres

morrem anualmente por complicações decorrentes do recurso a práticas inseguras para a interrupção de gravidez.

Em Moçambique, avança, o aborto inseguro, tal como noutros países de baixa renda, particularmente de África, é uma das principais causas de mortes maternas.

“A magnitude da mortalidade materna não é conhecida no país, mas estima-se que se situe entre 500 e 1500 mortes por 100 mil nascimentos vivos. Do mesmo modo não é conhecida a magnitude do aborto inseguro.

Estudos realizados no Departamento de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital Central de Maputo de 1990 a 2000 revelaram que 8 a 11 por cento das mortes maternas ocorridas neste período foram devidas a complicações de aborto inseguro”, anotou, falando na reunião nacional sobre a

clarificação de valores em cuidados compreensivos de aborto seguro.

Para Matsinhe, estes dados demonstram que é crucial a divulgação da lei sobre o aborto seguro e oferta do planeamento familiar nestes serviços.

“É necessário que as nossas famílias, os nossos adolescentes e jovens, tenham conhecimentos necessários para entender o assunto em questão e acesso aos serviços de qualidade e seguros para que possam, no mesmo serviço, escolher a forma mais adequada de prevenir a gravidez não planificada”, disse.

O encontro, de dois dias, reuniu profissionais de saúde para que juntos encontrem mecanismos para assegurar a implementação dos dispositivos legais para a oferta de aborto seguro nas unidades sanitárias sem discriminação para o seu acesso.